

**TESES PARA A CONVENÇÃO ESTADUAL DA REDE  
CPM Juiz de Fora – MG**

**TEMA:** Alternativas para uma Educação Básica Pública de Qualidade

**GRUPO:** Francisco de Assis Belgo, Daniel Giotti e Raphael Paiva Rodrigues

**JUSTIFICATIVA DO TEMA:**

É do conhecimento de todos brasileiros e dos meios de comunicação internacionais que a educação pública no Brasil urge por uma mudança em suas práticas para que resultados insatisfatórios e nocivos ao crescimento econômico do país não aprofundem o abismo social e econômico entre os países em desenvolvimento e os países desenvolvidos.

**ESTADO ATUAL DA QUESTÃO:**

A aplicação de exames nacionais que buscam verificar a qualidade da educação nas esferas municipais, estaduais e federal tem mostrado, com raríssimas exceções, que a qualidade da educação básica pública no país, não vai nada bem.

Comparando a qualidade da educação nas escolas públicas de ensino fundamental e médio em relação àquela das escolas privadas, observamos que o fosso é ainda maior.

Dentre as possíveis causas desse atraso, destacam-se:

- a) A quase completa ausência de pais e responsáveis pelos estudantes no ambiente escolar e em sua vida acadêmica;
- b) A falta de interesse das administrações públicas representadas pelos Executivos Municipais e Estaduais na resolução de pendências de qualidade na educação;
- c) A conivência das esferas de poder em relação às normas, portarias e leis que demonstram resultados insatisfatórios para o processo de ensino aprendizagem;
- d) A burocracia que resulta do engessamento de mudanças necessárias e prementes na busca de uma educação de qualidade;
- e) A ausência de profissionais da área de psicologia para atuar como mediadores de conflitos em setores de orientação educacional, buscando identificar aspectos de natureza emocional de alunos considerados indisciplinados;

- f) Processos eleitorais viciados que envolvem interesses políticos, partidários, corporativos e sindicais que deturpam o principal objetivo da iniciativa que é o estímulo à prática democrática nas escolas, havendo casos, por exemplo de relação irresponsável entre diretores e alunos indisciplinados que são beneficiados em troca de favores político-eleitorais;
- g) A ausência de valorização dos profissionais da educação pública pelas autoridades públicas;
- h) A ausência de um clamor da opinião pública no sentido de inculcar na sociedade brasileira o verdadeiro valor da educação para o desenvolvimento socioeconômico do país, contribuindo assim para uma aversão cultural à educação.

#### **PROPOSTAS:**

A educação básica, nas redes federais de educação, representadas por seus colégios de aplicação, representam uma parcela das escolas públicas nacionais que auferem notas satisfatórias nos diversos exames nacionais.

Por outro lado, há um abismo nas escolas de educação básica pública (estaduais e municipais) que vivem uma situação diametralmente oposta àquela da rede federal.

Nesse sentido, de acordo com as causas elencadas acima, que contribuem para um resultado insatisfatório na educação básica da rede pública do país, seguem as teses da Rede Sustentabilidade de Juiz de Fora:

1. Propor políticas de comunicação junto aos formadores de opinião da sociedade alertando-os para a importância da educação na construção do futuro do país;
2. Reforçar o papel dos pais na educação de seus filhos, atuando em conjunto com as escolas na busca de um futuro de qualidade para seus filhos;
3. Incrementar a formação pedagógica de professores, através de uma residência profissional (preferencialmente, nos anos iniciais da carreira) voltada ao aprendizado de novas metodologias e práticas inovadoras na educação.
4. Reforçar o atendimento interdisciplinar (pedagógico-psicológico) para crianças com déficit de aprendizagem para atendimento no serviço de orientação educacional;

5. Inverter a ordem atual de valorização salarial da carreira de professor, promovendo o aumento da base de remuneração inicial da carreira, com progressões contínuas, na medida em que o profissional se mantiver ativo, atualizado e produtivo para a sociedade;
6. Repensar o ensino em tempo integral, não no sentido de aumentar a permanência do aluno em sala, mas, de conjugar a educação formal com projetos extra e intra curriculares apoiados em parcerias com clubes, escolas particulares, instituições sem fins lucrativos e órgãos públicos em geral;
7. Promover ações através de Parceria Público-Privada (PPP), com o objetivo de transferência de *expertise* na elaboração de novas abordagens metodológicas, inovações nas práticas pedagógicas e de uso de novas tecnologias no processo de ensino aprendizagem nas escolas públicas;
8. Qualificar o processo eleitoral para escolha dos membros da direção das escolas municipais evitando que ele seja capturado por interesses corporativo-sindicais, através da exigência de formação específica para os candidatos, com processo de qualificação prévia por mérito dos candidatos, além de desvinculação do exercício do cargo de diretor da incorporação de direitos trabalhistas incompatíveis com a natureza jurídico-política do cargo; além de reconsiderar o peso adequado que o voto dos profissionais da área deve ter no processo de escolha, já que esses detém o conhecimento do funcionamento da educação básica;
9. Propor o Atendimento Educacional Especializado (AEE) complementar e suplementar a formação do estudante por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem promovendo a inclusão de estudantes com necessidades especiais.